

# Metáforas, racialização e referenciação: os processos de construção do personagem Francisco Simões Alpedrinha em *A Filha do Doutor Negro*, de Camilo Castelo Branco

Amanda Regina dos Santos Lourenço<sup>i</sup>

## RESUMO

Dentre a vasta produção literária do escritor português Camilo Castelo Branco, destaca-se para esta investigação o romance *A Filha do Doutor Negro* (1864), um dos poucos romances camilianos com personagens negros na trama central. Tal fato merece certa atenção em virtude do contexto de publicação da obra: o século XIX, período no qual as tensões raciais ainda eram pulsantes no território português. Diante disso, é interessante observar como a temática racial incidiu sobre o *corpus* deste trabalho. Assim sendo, este artigo pretende analisar o modo como o personagem Francisco Simões Alpedrinha é construído ao longo do romance, tendo em vista os processos de racialização, as metáforas e a referenciação.

**Palavras-chave:** Camilo Castelo Branco; Raça; Romantismo; Século XIX.

## RESUMEN

Entre la vasta producción literaria del escritor portugués Camilo Castelo Branco, se destaca para esta investigación la novela *A Filha do Doutor Negro* (1864), una de las pocas novelas camilianas con personajes negros en la trama central. Este hecho merece atención por el contexto en el que se publicó la obra: el siglo XIX, un período en el que aún palpitaban las tensiones raciales en territorio portugués. Por tanto, es interesante observar cómo la temática racial afectó el *corpus* de esta investigación. Por eso, este artículo pretende analizar la forma en que se construye el personaje Francisco Simões Alpedrinha a lo largo de la novela, considerando los procesos de racialización, metáforas y referenciación.

**Palabras claves:** Camilo Castelo Branco; Raza; Romanticismo; Siglo XIX.

*A Filha do Doutor Negro* se destaca na fortuna crítica do seu autor, Camilo Castelo Branco, por uma questão distinta do padrão romanesco português do século

---

<sup>i</sup> Doutoranda em Literatura Portuguesa do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [amandareginadosslourenco@gmail.com](mailto:amandareginadosslourenco@gmail.com)

XIX: o romance narra as venturas e as desventuras de dois personagens negros, que se encontram no eixo central da trama – a saber: Francisco S. Alpedrinha, mais conhecido como Doutor Negro, e Albertina Alpedrinha, filha do Doutor. De acordo com Alexandre Cabral, a obra é “simultaneamente um romance passional e um romance de actualidade [de costumes]” (1988, p. 272), na medida em que narra a trajetória dos amantes Albertina e João Crisóstomo, atribulada devido à voluntariosa e à preconceituosa autoridade paterna de Francisco S. Alpedrinha, assim como expõe as mazelas e as corrupções de uma sociedade movida pela ambição e pelo desenfreado interesse financeiro. Em linhas gerais, o aparentemente libertário Alpedrinha – advogado que outrora se casara judicialmente com a mãe de Albertina – inicia o romance defendendo a liberdade de escolha dos filhos, inclusive sobre a questão matrimonial. A família Alpedrinha pertence a uma burguesia ascendente, questão que evidencia a existência da possibilidade de um casamento vantajoso – prática comum no Antigo Regime e que reverberou no século XIX – o qual não era de todo modo descartado, apesar do discurso do patriarca. Tanto que o magistrado escolheu para a filha um pretendente que atenderia aos anseios de prestígio social da família: o cadete de cavalaria António da Silveira. No entanto, Albertina se apaixona pelo escrivão do escritório do pai – João Crisóstomo –, gerando um comportamento autoritário incompatível com a postura libertária demonstrada pelo personagem no começo do romance. A rejeição de Alpedrinha revela uma postura constante no século XIX, na qual “para o burguês vencedor, o proletário não passa de um selvagem da mais rigorosa espécie, representante de um tipo de raça inferior. [...] existe um hiato absoluto entre os proprietários e seus assalariados” (GUERRAND, 2009, p. 302-303). Apesar disso,

Albertina, [...] de ânimo varonil, arrosta todas as contrariedades, até que consegue concretizar o seu sonho de donzela: casar (em Espanha) com o homem que ama. De Espanha o casal viaja para o Brasil, devido ainda às perseguições da justiça, acionada pelo Doutor Negro (CABRAL, 1988, p. 272).

Embora casados e perseguidos por Alpedrinha, os amantes também padecem com a acusação leviana de falsificação feita por Caetano Alves de Carvalho contra João Crisóstomo – fruto da ingenuidade do amanuense. Apesar de tantos infortúnios, o casal conta com o apoio incondicional de António da Silveira, testemunha ocular das venturas e desventuras dos personagens do romance.

É pertinente ter em vista que se conhece o enredo do romance *A Filha do Doutor Negro* a partir de um segundo olhar: a estória é narrada por um estudante da Academia do Porto, sendo anteriormente transmitida para ele por António da Silveira, que é, conforme o parágrafo anterior, testemunha das situações ocorridas com a família Alpedrinha e o pretendente ideal, de acordo com a ótica de Francisco Alpedrinha. Como estudante, é possível que o narrador estivesse propenso a reproduzir na obra certos discursos tendenciosos vigentes nos círculos socioculturais e educacionais do século XIX, especialmente sobre raça: “Assim, em meados do século XIX, sedimentava-se nos mesmos círculos intelectuais o racismo científico, que também passava a banalizar os novos projetos e avanços coloniais sobre os territórios africanos” (HENRIQUES, 2017, p. 278). Assim como os discursos científicos foram empregados para justificar uma desigualdade entre homens e mulheres, esses enunciados também favoreceram uma concepção racial da sociedade, sobretudo se remontarmos ao fato de que Portugal fez uso de tais discursos para legitimar sua dominação sobre as populações negras do continente africano. Ademais,

a teoria racial não pode ser separada do seu próprio momento histórico: desenvolveu-se numa época particular da expansão colonial britânica e europeia no século XIX, que culminou com a ocupação ocidental de nove décimos do território da superfície terrestre. Há uma evidente conexão entre as teorias raciais da superioridade branca e a justificação para essa expansão, que levanta questões acerca da cumplicidade da ciência, bem como da cultura: o racismo não conhece divisão alguma entre as ciências e as artes (YOUNG, 2005, p. 111).

Para compreender o modo como as relações raciais são desenvolvidas em *A Filha do Doutor Negro*, é interessante observar a ótica científicista<sup>1</sup> da literatura de algumas obras de oitocentos. De acordo com Hippolyte Taine (2011), antes da inserção do cientificismo na análise das manifestações artísticas, havia uma generalização dos indivíduos como se, independentemente da cultura, localização no espaço e etc., todos fossem semelhantes. O pensamento tainiano atenuará um pouco essa generalização, mas manterá o caráter universalizante das ações humanas. Segundo a perspectiva do autor, há entre grupos sociais características semelhantes e determinantes, como uma espécie de disposição primitiva involuntária. Dessas características, Taine erigiu a raça, o meio e o momento como elementos decisivos das práticas sociais humanas, e a literatura seria o registro documental de tais condutas. No que diz respeito à raça, o autor acredita que

existem disposições inatas e hereditárias a cada grupo racial humano, além do fato de que essas disposições são índices determinadores dos êxitos e fracassos desses grupos. Essa dicotomia – êxito e fracasso – atende, respectivamente, à raça branca e às raças não brancas (2011, p. 535). Sobre o meio, Taine crê que é um impulso exterior que age sobre a raça, ou seja, o local e as outras pessoas – ou raças – que cercam o indivíduo incidem diretamente na sua trajetória (2011, p. 536). Por fim, o momento diz respeito ao período histórico no qual a pessoa está e as consequências que isso trará a ela (2011, p. 537).

Essa lógica reverberou em várias produções literárias do período oitocentista, visto que “cultura e racismo foram cúmplices no século XIX” (YOUNG, 2005, p. 110). E, ao se levar em consideração o romance em questão, pode-se perceber que existe a possibilidade de que a concepção racial expressa tenha sofrido alguma influência de discursos como o de Taine. Índícios importantes são o contexto de produção da obra e a proximidade das duas publicações: *A Filha do Doutor Negro* foi publicado em 1864, e o livro *História da Literatura Inglesa*, que apresenta o método taineano, no ano anterior. Ademais, Jacinto do Prado Coelho (2002) afirma que a biblioteca de Camilo conserva alguns exemplares de obras que dialogam com o pensamento cientificista, como, por exemplo, *O Darwinismo*, de Rossi; *História da Literatura Inglesa*, do próprio Taine; *Princípio da Biologia*, de Herbert Spencer; entre outros títulos.

Direcionando o foco analítico para o elemento principal desta investigação, é preciso observar o personagem Francisco S. Alpedrinha para além da figura de patriarca: ele também é um advogado amplamente reconhecido no Porto por seus feitos nos tribunais: “Estreara-se magnificamente defendendo um réu famoso e protegido. Sobreexcedeu a nomeada de todos os seus colegas forenses; e, daí a pouco, todas as causas difíceis e lucrativas eram confiadas da perícia e astúcia do doutor Negro” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 20). Partindo do fragmento apresentado, é interessante para este trabalho iniciar a investigação sobre Francisco Alpedrinha, observando a alcunha atribuída – tantas vezes – ao personagem em análise. Para Sérgio Guimarães de Sousa (2011), esse recurso narrativo reflete as relações sociais estabelecidas fora da ficção, isto é, o epíteto “doutor negro” indica uma posição social dificilmente alcançada por pessoas negras na sociedade portuguesa do século XIX. Complementando isso, o pesquisador diz que:

Se porventura o Porto estivesse repleto de magistrados mulatos, situação, em rigor, impensável no contexto português de Oitocentos, o epíteto perderia pertinência por carecer de especificidade. Alpedrinha mais não seria do que apenas mais um doutor negro entre muitos outros doutores negros, nada apresentando de inédito que mereça a saliência proporcionada por uma alcunha (SOUSA, 2011, p. 177).

Portanto, a perspectiva de Sousa (2011) explicita uma condição de excepcionalidade de Alpedrinha dentro de um contexto permeado pelo racismo, como foi o século XIX. Além dessa interpretação, vale aprofundar essa análise a partir do seguinte aspecto: racializar é um mecanismo de distinção de indivíduos por meio de suas características estéticas associadas apenas a alguns grupos raciais, ou seja, essa prática não contempla universalmente todas as pessoas. Grada Kilomba afirma que não se é naturalmente diferente, mas que o indivíduo se torna diferente pelo olhar de um outro grupo:

só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os então como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “outras/os” raciais “diferem” (2019, p. 75).

No romance *A Filha do Doutor Negro*, a negritude não é uma questão para Albertina e Francisco S. Alpedrinha – únicos personagens negros da obra –, embora seja para os personagens brancos. São esses personagens que se valem da racialização para validar suas impressões e seus argumentos sobre o pai e a filha da família Alpedrinha. Trata-se, portanto, de um conhecimento em terceira pessoa do corpo negro, conforme evidencia Frantz Fanon (2008). A partir disso, é preciso compreender que a racialização é o nome dado ao processo de construção social das raças, no qual “transforma um conjunto de indivíduos em um grupo racial subalterno [...], a partir de características físicas hereditárias, reguladas pela reprodução biológica, tomadas arbitrariamente” (GUIMARÃES, 2016, p. 164).

Com isso, nota-se que os epítetos atribuídos a Albertina e Alpedrinha (filha do Doutor Negro e Doutor Negro, respectivamente) não revelam apenas a excepcionalidade das suas posições sociais, mas também refletem uma tendência daquela sociedade de distinguir os sujeitos a partir da raça. Tal preocupação em

diferenciar os indivíduos a partir desse elemento só se tornou uma questão vantajosa para o ocidente a partir de um olhar econômico para lucrar com a escravidão (YOUNG, 2005, p. 112) e para legitimar práticas racistas pautadas em discursos científicos, como a teoria científicista, que fora amplamente difundida nas academias europeias, por exemplo. O vilão do romance, Caetano Alves de Carvalho, explicita essa perspectiva de outridade e objetificação do corpo negro no período oitocentista em diversas passagens da narrativa, especialmente ao utilizar o tráfico negreiro como sua principal fonte de renda:

Caetano Alves de Carvalho embarcou para o Maranhão, e encetou o comércio de couros e Campeche. Como a fortuna lhe dentasse menos que o cálculo da sua cobiça, desistiu deste tráfego, e conchavou-se com os armadores de navios para escravatura. Saíram-lhe prósperas as tentativas; e o casco, segundo a frase dele, dobrou-se no primeiro ano. Nos seguintes cinco anos, apesar de contratemplos e delapidações dos sócios, triplicou os seus haveres, e alegrou-se de antever realizada a sua esperança antes do prazo calculado (CASTELO BRANCO, 1971, p. 260-261).

Associado a isso, a racialização também evidencia uma tendência dos indivíduos não racializados de atribuir inferiorização aos corpos não brancos. Numa das descrições feitas sobre Francisco S. Alpedrinha, o narrador diz que “[a] cor não foi implicância à concorrência de clientes” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 30). Nesse fragmento, a cor da pele aparece como um elemento passível de impedimento de êxito profissional, ainda que não seja no caso de Alpedrinha. Isso expõe uma possibilidade de leitura que mostra uma sociedade que associava as potências e habilidades dos indivíduos às suas características raciais.

Ainda sobre esse aspecto, vale pontuar que a questão racial também é perpassada por uma perspectiva religiosa na diegese narrativa. Neste momento da análise, é interessante observar o modo como a perspectiva cristã está inserida e associada a uma maneira de se compreender a negritude dentro do romance. Ao falar sobre a relação entre António da Silveira e Francisco S. Alpedrinha, o narrador expõe o reconhecimento do doutor sobre a desigualdade que havia na sociedade portuense do século XIX:

O doutor, no mais escondido de sua consciência, queria sobretudo a igualdade das cores e esperava que a civilização lograsse igualar os acidentes, logo que efetivamente se decretasse a igualdade da substância. Pelidava ele pela fraternidade dos descendentes de Sem, Cham e Japhet, visto que os três procederam do mesmo tronco (CASTELO BRANCO, 1971, p. 21).

O trecho final da citação em destaque evidencia que Francisco S. Alpedrinha compreende que essa desigualdade se encontra numa posição de difícil mutabilidade, ao mesmo tempo em que a associa a um princípio religioso: a maldição de Cam. Vale salientar que isso não é apenas um juízo expedido pelo personagem: o narrador camiliano também compartilha dessa percepção ao prosseguir a narração afirmando:

Tinha razão, posto que, cinquenta e quatro anos depois, a civilização ainda não lhe tinha dado. Os pretos continuam a ser filhos de Cham, e nós de Japhet. Noé é nosso avô comum, é isso verdade; porém, sobre o gerador das raças negras, pesa ainda a maldição de Deus. Todos sabem que o segundo filho do patriarca, sobrevivente ao dilúvio, escarneceu seu pai, tomado do vinho que inventara. Pobres negros, a civilização apenas pudera com muito custo e o rodar de mais quatro séculos aliviá-los do nosso azorrague! (CASTELO BRANCO, 1971, p. 22).

Um detalhe importante desse excerto está na associação entre uma ideia de inferioridade racial e uma concepção religiosa. Entretanto, é válido pontuar que no texto bíblico não há essa associação. Ao acordar da embriaguez, Noé soube que Cam o viu nu e proferiu a maldição:

“Maldito seja Canaã”. Que ele seja o último dos escravos para seus irmãos. E continuou: “Seja bendito Javé, o Deus de Sem, e que Canaã seja escravo de Sem. Que Deus faça Jafé prosperar, que ele more nas tendas de Sem, e Canaã seja seu escravo” (Gn, 9: 25-278).

Sobre essa distinção entre a narrativa camiliana e o texto bíblico, nota-se que houve um acréscimo na interpretação do texto original. Isso não se constitui como uma característica restrita ao narrador camiliano, mas a algo que reflete uma interpretação que vigorava nos círculos sociais do período. Inegavelmente, esse acréscimo representa uma grave distorção da narrativa bíblica, uma vez que não há nenhuma referência racial daqueles que seriam escravizados, segundo a maldição proferida por Noé. Isso se tornou, nas palavras de Hoornaert, “um arsenal de armas ideológicas cuja capacidade de alvo supera de longe a dos arsenais de guerra mais sofisticados” (1988, p. 21) por ter sido utilizado para legitimar discursos e práticas racistas dos europeus, fato explicitado por William F. Pinar ao afirmar que nas explorações europeias “pelo comércio escravo, os europeus imaginaram que elas eram justificadas pela religião e, mais tarde, pela ciência” (2008, p. 37).

Sabe-se que a religião é um elemento da cultura e que a concepção de raça é uma elaboração cultural, assim como também é fruto de uma elaboração sociopolítica e científica (YOUNG, 2005, p. 112). Para a construção de uma ideia de superioridade – seja de gênero, seja de raça –, fora necessário que diversos discursos hierarquizantes de grande circulação na sociedade tais como a biologia, a religião e a filosofia fossem reproduzidos. Robert Young (2005) afirma que as teorias científicas acerca das raças eram disseminadas de forma populista tanto na sua apresentação quanto no tom utilizado – diferindo da disseminação de outras teorias científicas –, possibilitando que isso se tornasse não apenas uma ideia científica, mas também cultural. Tal fato, pode auxiliar na compreensão do que estava por trás das impressões inferiorizantes de outros personagens sobre Alpedrinha e Albertina, assim como também possibilitam uma maior apreensão dos elementos relacionados à raça, mencionados acima.

A partir de então, faz-se necessário observar que, acompanhando essa racialização, o enredo apresenta uma quantidade relevante de associações e metáforas negativas relacionadas à cor negra/preta, como na passagem em que se narra o primeiro enfrentamento entre Albertina, João Crisóstomo e Alpedrinha:

Deu-se, daí a poucos dias, o sucesso decisivo: posto de sobreaviso, o doutor surpreendeu um colóquio da rua para a sua janela. João foi agredido, e deixou-se espancar, de braços cruzados. Primeiro cansou o braço ao doutor que a paciência ao honrado moço. Albertina fugira da janela no intento de sair à rua. Quando o pai a viu, deixou o amanuense, e foi, cego de ira, com as garras recurvas sobre a garganta de Albertina; mas um pai, seja qual for a cor que tem, não estrangula uma filha (CASTELO BRANCO, 1971, p. 43).

Nota-se, no excerto precedente, uma associação entre raça e comportamento. Implicitamente, a cor negra é associada a um comportamento selvagem e violento, embora seja atenuado pela paternidade, o que se correlaciona com a ideia, vigente no século XIX, de que a raça funcionava como um critério elementar de civilidade. Arelado a isso, Young disserta sobre uma hierarquia racial na qual se baseava a hierarquia social, tendo no topo “aqueles com mais civilização” – a branquitude –, e na base os que eram considerados, pela mesma branquitude, “desprovidos de tal atributo, ou seja, os ‘primitivos’” (2005, p. 115) – isto é, indivíduos não-brancos. Esse movimento de hierarquização reverberou em outras áreas humanas, principalmente na linguagem. Nesse sentido, as metáforas desempenham um papel fundamental para o



estabelecimento e manutenção de uma perspectiva sociorracial. Lakoff e Johnson afirmam que:

a verdade é sempre relativa a um sistema conceptual que é, em grande parte, definido pela metáfora. A maioria de nossas metáforas evoluíram em nossa cultura através de um longo período, mas muitas nos foram impostas pelas pessoas do poder – líderes políticos, religiosos, comerciantes, publicitários, etc., e pelos meios de comunicação em geral (1980, p. 159-160).

Diante disso, observa-se que as associações e as metaforizações nem sempre são atividades involuntárias, mas estão relacionadas a um viés argumentativo de determinados grupos acerca de uma realidade. De acordo com Vera Lúcia Paiva, as metáforas se estabelecem em dois níveis básicos, sendo no primeiro o símbolo igualado à realidade, ou seja, “isto é aquilo”, e no segundo “isto é igual àquilo” (1998, p. 110). A ideia evidencia que tais relações de semelhança e analogia são subjetivas, não retratando fielmente uma realidade. Além disso, a teórica afirma que a metáfora contém duas mensagens:

Assim quando alguém diz: “A situação está preta”, duas ideias, uma verdadeira e outra falsa, coocorrem, sendo a ideia enunciada verdadeira e a implícita falsa, porém esta última serve de ícone para a primeira. A expressão “A situação está negra (ou preta)”, descreve uma ideia real, mostra que alguma coisa não está bem, está adversa, ruim, etc. A ideia implícita “negro é ruim, adverso”, no entanto, é falsa, preconceituosa, introjetada em nossas mentes, como se fosse um atributo da palavra negro (1998, p. 110-111).

É válido salientar que esse tipo de recurso metafórico não se restringe ao uso do narrador de *A Filha do Doutor Negro*. Pode-se exemplificar a mesma afirmação a partir de um excerto de *Amor de Perdição* (1862). Próximo ao fim derradeiro do protagonista Simão Botelho, o narrador onisciente explicita a desolação e desesperança que envolvem o personagem:

Porém, Simão Botelho, ao cabo de cinco meses de cárcere, já sabia o seu destino, e achara útil prevenir Teresa, para não sucumbir ao inevitável golpe da separação. Bem queria ele alumiar com esperanças a perspectiva negra do desterro; mas froixos e frios eram os alvíos em que não era parte a convicção nem o sentimento (CASTELO BRANCO, 1981, p. 164).

Além do fragmento apresentado acima, também se inclui o trecho abaixo, retirado de *Amor de Salvação* (1864), visto que analogamente evidencia a elaboração da

metáfora negra, conforme se vem discutindo neste trabalho. No quarto capítulo do romance, o narrador, antes de relatar os acontecimentos de Afonso de Teive, encontra-se tomado por sensações ruins:

Seis meses há que se fez noite no meu espírito. Por arrebatados ímpetos de quem quer furtar-se às garras de um imaginário dragão, tenho fugido para defronte do meu tinteiro de ferro e evocado as graciosas imagens, filhas do Céu, que, nos dias da mocidade fremente de más paixões, me refrigeravam a fronte e disputavam ao encanto do mal, salmeando-me o hino de amor ao trabalho. O perdimento desse amor foi a suprema provação, a forja ardentíssima em que minha alma foi lançada à voracidade de um fogo depurante. Mas, no interior, por tudo em que sombreava a negrura do coração, eram tudo trevas, frio, letargia, esquecimento (CASTELO BRANCO, 2017, p. 37).

Os excertos utilizados na exemplificação proposta acima auxiliam na identificação de que as metáforas associadas à cor escura não são raras. Cabe ressaltar que o uso delas nesses romances pode não ser salientado durante uma experiência de leitura, uma vez que, dentro de um enredo centrado em personagens brancos, a utilização desse recurso não auxilia na construção deles. Entretanto, em *A Filha do Doutor Negro* o processo é oposto: as metáforas negras contribuem para a construção dos personagens negros do romance, especialmente de Francisco S. Alpedrinha.

Em consonância com o que vem sendo exposto neste trabalho, é inegável que as sociedades europeias do século XIX estavam estruturadas por ideias racistas, especialmente no contexto português, que se valeu enormemente do tráfico de negros escravizados. Tal situação, facilmente perpetrou a esfera da linguagem e da representação. De acordo com Kabengele Munanga,

Na simbologia das cores da civilização europeia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. Nesta ordem de ideias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho (1986, p. 15-16).

A exemplo disso, no capítulo nono de *A Filha do Doutor Negro*, tem-se as seguintes situações: João Crisóstomo está conversando com o vilão Agostinho José Chaves – na verdade, Caetano Alves de Carvalho – sobre a condição de desamparo em que Crisóstomo e Albertina se encontram, e também sobre o falso motivo que fez

Agostinho odiar Alpedrinha. Extraem-se daí, respectivamente, dois excertos que evidenciam essa construção negativa em torno da cor negra:

Prosseguiu o sr. Chaves:

– Fizeram-lhe uma grande iniquidade, sr. João! Patifes! Puseram as leis ao serviço da desonra! [...] Que pai é aquele preto! Tem o coração da cor da cara, ou mais negro, se é possível [...] (CASTELO BRANCO, 1971, p. 120).

– Seriam as leis e não ele – atalhou João Crisóstomo, avaliando, com menosprezo a inimizade do homem ao advogado adverso.

– Foi ele, não foram as leis; foi o preto que fez o branco da sua cor; foram os sofismas, as trapaças, as ladras tramoias da sua habilidade. Enganou a estupidez ou a boa fé dos desembargadores do Porto, e dos desembargadores da suplicação. Fez a maroteira, e gabou-se de a fazer (CASTELO BRANCO, 1971, p. 121).

Embora essas passagens se refiram à perspectiva expressa pelo vilão da narrativa – Caetano Alves de Carvalho – sobre o antagonista Dr. Alpedrinha –, deve-se salientar que a raça não deveria ser um elemento de formação de um carácter negativo. Em *Amor de Perdição* (1862), por exemplo, a vilania de Baltazar Coutinho não é reforçada ou construída pelo tom da sua pele. Novamente, percebe-se que a racialização só vai ao encontro do corpo não branco, atendendo a uma finalidade argumentativa. Outro aspecto que deve ser pontuado é que essa negativação da cor negra/ preta não se limita apenas à visão do vilão em *A Filha do Doutor Negro*, uma vez que o próprio narrador faz uso desse artifício ao longo da narrativa:

O doutor Negro, ao vizinhar-se o termo da sentença de João Crisóstomo, recaiu em novas inquietações e vertigens, efeito de muito cogitar no modo de furtar a filha aos previstos atrevimentos do inflexível raptor. Pensou em tirá-la de Portugal, e mandá-la aos parentes brasileiros; mas contra esta evasiva saia-lhe logo João Crisóstomo no caminho do Brasil. Pensou desconchavos de maior tomo, e algum muito abominável por sanguinário. Lembrou-se de assalarinar um assassino, e desfazer-se do inimigo, apenas se lhe abrissem as portas do cárcere. Esta horrenda vertigem enlouqueceu-o por poucas horas. Graças, porém, ao coração de pai, onde o Senhor influi suavidade e branduras incombináveis com a crueldade, o doutor envergonhou-se da negrura do seu intento, e pediu à Providência que o inspirasse (CASTELO BRANCO, 1971, p. 91-92).

Novamente a paternidade – e, agora, a religião – funcionam como elementos que atenuam a violência de Alpedrinha.

Ademais, cabe acrescentar a esta investigação mais um processo que contribui para a construção do personagem camiliano: a referenciação.<sup>2</sup> Por referenciação

compreendem-se os procedimentos utilizados na estruturação de um texto cuja finalidade é representar uma situação interna e externa ao discurso textual, ou seja, o uso desse recurso funciona

como um processo discursivo e os referentes como objetos de discurso. Essa concepção nos orienta para uma função instrucional e construtiva da referência. Nessa perspectiva, a referenciação é um indício da articulação cultural do sentido, e esta, um reflexo da relação do indivíduo com a realidade. Os objetos de discurso são construtos culturais e a referência, condicionada pelo ponto de vista do enunciador, implica categorização e identificação dos referentes, à medida que se desenvolve o discurso (FREITAS, 2013, p. 4).

Torna-se evidente uma relação na qual se estabelece mutuamente entre a produção linguística e as práticas sociais. É esse fato que torna a referenciação um recurso relevante para a presente investigação. Assim como qualquer texto escrito, o romance se constrói a partir de procedimentos de referenciação. Pautando-se nisso, vale destacar o método de retomada utilizado pelo narrador para se referir ao personagem Francisco S. Alpedrinha. Nesse caso, utilizou-se como procedimento de retomada as “expressões definidas” (KOCH, 2002), isto é, epítetos que cumprem a função discursiva de referência ao personagem citado – “Doutor Negro”. Esse mecanismo vai além de uma simples ferramenta de referência, pois acrescenta informações que particularizam o referente, destaca um ponto de vista do enunciador sobre ele ou utiliza essas duas funções concomitantemente (CAVALCANTE, 2003, p. 110). É por meio desse processo que há uma construção de juízos de valor e de percepções sociais dentro das camadas narrativas. Ou seja: estabelece-se, com o leitor, “uma ligação com algum tipo de informação que se encontra na memória discursiva” (KOCH, 2002, p. 81).

A utilização de “expressões definidas” efetua, em alguma medida, uma repetição lexical específica, já que as mesmas expressões são utilizadas para o personagem supracitado ao longo de todo o romance. Com isso, nota-se que o

item repetido participa do engendramento argumentativo, como estratégia para criar presença, defender uma tese ou ponto de vista, fazendo o texto progredir. [...] Na repetição, o significado dessas palavras evolui dentro do próprio texto. Nesse caso, o procedimento não é só um recurso expressivo, ou enfático, é também produtivo (FREITAS, 2013, p. 1).

A enfática repetição do termo “doutor Negro” pode atender a uma necessidade argumentativa do narrador de enfatizar a característica fenotípica do personagem, seja para estabelecer uma distinção, conforme pontuou Sousa (2011), seja para racializá-lo ao longo do enredo. Isso evidencia que a “repetição lexical ativa e reativa o signo, que acaba por desencadear [...] um recorte temático capaz de conduzir o leitor ao raciocínio interpretativo idealizado pelo produtor do texto” (FREITAS, 2013, p. 3). Paralelamente, esse procedimento também explicita que

o signo repetido nunca será o mesmo, pois, a cada nova enunciação, ele é reavaliado, atualizado, recategorizado, carregando consigo o conteúdo básico [...] acrescido de um elemento constituído na nova situação verbal em que se apresenta (FREITAS, 2013, p. 4).

Ou seja, embora as referências sejam feitas pelas mesmas “expressões definidas”, as suas aparições no romance não se mantêm fixadas ao significado inicial, isto é, há uma ampliação semântica dos epítetos ao longo da narrativa. Tomando o caso de Francisco S. Alpedrinha como exemplo, nota-se esse aumento na construção do significado. No primeiro capítulo da narrativa, a expressão “doutor Negro” está associada a um homem bem estabelecido social e profissionalmente:

O padrão do cadete era o doutor Negro. Apelidava-se assim o bacharel Francisco Simões Alpedrinha, porque era mulato, nascido no Brasil [...]. formara-se em 1785, na Universidade de Coimbra. [...] Sobrexcedeu a nomeada de todos os seus colegas forenses; [...] todas as causas difíceis e lucrativas eram confiadas da perícia e astúcia do doutor Negro (CASTELO BRANCO, 1971, p. 19-20).

Nesse momento do enredo, “doutor Negro” seria uma espécie de sinônimo para um indivíduo negro que obteve sucesso na sociedade portuense. Em outro momento da narrativa, no capítulo terceiro, mais uma carga de sentido é atribuída ao apelido de Alpedrinha: um homem velho e amargurado com o destino escolhido pela filha:

Animou-se Silveira a procurar o doutor Negro. Encontrou-o mudado. Recebeu-o o velho chorando; mas sem veemência de transportes. Parece que uma glacial apatia lhe tolhia os movimentos. A interdecadências, ficava-se como esquecido, e tartamudeava frases desconcertadas e alheias do assunto (CASTELO BRANCO, 1971, p. 44).

Posteriormente, é acrescido ao epíteto “doutor Negro” a ideia de que Alpedrinha também havia se tornado um homem vingativo. “O que o doutor Negro queria era vingança [...]. É o que ele queria: só quem assim lho promettesse poderia gotejar-lhe refrigério na chaga, que o retorcia em fúrias [...]” (CASTELO BRANCO, 1971, p. 155). A partir desses exemplos, observa-se como o apelido atribuído a Francisco se amplia ao longo da narrativa.

A partir da análise estabelecida, constata-se que o uso das “expressões definidas” – atrelado aos processos de racialização e de metáfora – cumpre a sua finalidade de construir pontos de vista sobre o personagem e isso evolui conforme o momento da narrativa. Essas expressões possuem uma finalidade narrativa e argumentativa que também auxilia na composição do personagem e permite que o leitor dialogue com esses elementos para construir a sua própria percepção sobre ele.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi desenvolvido ao longo deste trabalho, observa-se que o processo de construção do personagem Francisco Simões Alpedrinha é perpassado por uma questão racial. Tal fato evidencia que as influências acadêmicas do narrador sobre o seu olhar em relação ao personagem analisado podem estar conectadas ao contexto de publicação. Essa possibilidade de leitura revela mais uma vez a genialidade de Camilo Castelo Branco, na medida em que elabora um narrador que mantém um diálogo com a conjuntura universitária portuense do século XIX.

Portanto, os usos de associações e de metáforas relacionadas à cor escura, a racialização e o processo de referenciação – por meio das “expressões definidas” – se constituem como ferramentas relevantes de análise na medida em que auxiliam na compreensão de uma das camadas interpretativas do personagem. Isso porque transmite uma perspectiva sobre o corpo negro, buscando uma convergência entre corpo e índole – dialogando com os valores vigentes no período oitocentista em Portugal.<sup>3</sup>

## Referências

BÍBLIA. A.T. Gênesis. Português. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Paulus, 1990.

CABRAL, Alexandre. *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Editora Caminho, 1988.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de perdição*. Rio de Janeiro: Livros Horizonte, 1981.

\_\_\_\_\_. *Amor de salvação*. 1ª edição. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

\_\_\_\_\_. *A filha do doutor Negro*. 8 ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, LDA., 1971.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, (44):105-118, Jan./Jun. 2003.

COELHO, Jacinto do Prado. *Introdução ao estudo da novela camiliana*. 3 ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.

FANON, Frantz. “A experiência vivida do negro”. In: \_\_\_\_\_. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EdUFBA, 2008.

Recebido em: 27/05/2021

Aceito em: 30/07/2021

---

<sup>1</sup> Apesar da possibilidade de existir a presença de parte do pensamento cientificista na obra em análise, não existe a pretensão de conferir ao romance *A Filha do Doutor Negro* o rótulo de romance cientificista ou experimental.

<sup>2</sup> Sabe-se que a referenciação é um processo complexo e amplo. No entanto, este trabalho se propõe apenas a tecer considerações acerca de um segmento desse processo: as expressões definidas.

<sup>3</sup> O conteúdo deste artigo reproduz parte de minha dissertação de mestrado (“*Essa mulher não ajoelha, nem suplica*”: gênero e raça em *A filha do Doutor Negro, de Camilo Castelo Branco*), tendo sido aprofundado e ampliado para esta publicação.